

ENTREVISTA

Jerson Kelman, ENGENHEIRO E HIDRÓLOGO

'MAIOR MUDANÇA NO CENÁRIO FOI ALTA VERTIGINOSA DA TAXA DE JUROS'

Na avaliação do engenheiro e hidrólogo Jerson Kelman, ex-diretor-presidente da Agência Nacional de Águas (ANA) e ex-presidente de empresas como a Sabesp, há uma série de entraves a superar para que o Brasil alcance as metas de universalização do saneamento até 2033. Para ele, a interferência política e a situação fiscal dos governos podem atrapalhar o objetivo de levar água tratada e rede de esgoto a toda a população.

Kelman debate o impacto do cenário de juros altos, com a Selic a 14,25% ao ano, na demanda das empresas para os leilões em 2025. No ano em que o Brasil vai sediar a COP30, ele diz que o evento pode ajudar o setor a tratar dos desafios climáticos.

O que falta para o país alcançar as metas de universalização até 2033?

Quando a Lei do Saneamento foi publicada, considerava difícil que a universalização fosse alcançada em 2033. Não mudei de opinião porque a universalização depende da conjugação de três fatores principais. Primeiro, as operadoras de saneamento precisam ter capacidade de fazer investimentos de muitos bilhões de reais por um longo período. Em segundo lugar, é necessária regulação eficiente por uma agência com capacidade técnica e independência decisória para assegurar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão por todo o período. E, em terceiro lugar, há a capacidade



Impacto. Kelman destaca que aspectos políticos afetam expansão do setor

da população de pagar pelos investimentos e custos operacionais. Nesses cinco anos desde a promulgação da lei, se observa grande apetite das empresas em disputar leilões de concessão com metas ou metas de investimento, que, no geral, estão sendo honradas. Ou seja, o primeiro fator está presente. Mas, quando se observa o segundo e o terceiro fatores, se nota grande dispersão em um país tão desigual.

E qual é o efeito disso?

Há casos em que a agência

reguladora atua com neutralidade, equilibrando os interesses dos usuários, dos prestadores do serviço e do governo. E há casos em que o governador ou prefeito interfere, por exemplo, no cálculo tarifário, tratando os dirigentes da agência como se fossem subordinados. Nas comunidades pobres, sem capacidade de pagar pelo custo do serviço, o melhor modelo seria o de Parcerias Público-Privadas (PPP), em que parte do custo é arcada pelo contribuinte e não pelo usuário. Mas, dada a

situação fiscal, é praticamente impossível. A única alternativa no modelo de concessão atual é manter subsídios cruzados entre usuários, o que sempre desperta disputas regulatórias e legais.

O cenário atual de juros altos pode interferir nesse apetite pelos leilões de concessão?

A principal mudança no cenário macroeconômico foi a alta vertiginosa dos juros básicos da economia. Com isso, penso que sim, pode haver leilões de saneamento sem interessados.

Como as mudanças climáticas podem afetar as metas de universalização dos serviços em 2033?

As mudanças climáticas fazem com que novos investimentos sejam necessários para remanejar as infraestruturas existentes nas zonas de inundação das cidades. Mas, com tantas carências no setor, o mais indicado é construir e investir em novas instalações resilientes ao aumento da intensidade e da frequência

das cheias e das secas. É claro que isso significa aumento de custo, que tem que ser cotejado com a capacidade de pagamento da população.

O Brasil vai sediar a COP30. De que forma a agenda ambiental pode influenciar os planos de investimento?

Frete à reviravolta do cenário internacional com a eleição de Donald Trump nos EUA, temo que a emissão descontrolada de gases causadores do efeito estufa se tornará um exemplo do que pode acontecer. Sem uma governança mundial efetiva, cada país fará o que for melhor para si, tratando a atmosfera como espaço de ninguém, mesmo que isso atente contra o interesse coletivo. Claro, a COP30 é um esforço para impedir que isso ocorra. Porém, se o cenário 'cada um por si' se materializar, o Brasil deverá ter o bom senso de focar na mitigação dos efeitos das mudanças climáticas. Nesse caso, talvez a COP30 contribua para acelerar o saneamento.